

NAS RUAS, BECOS E FÁBRICAS DA CIDADE: O BUMBA MEU BOI COMO ESPAÇO DE SOCIABILIDADE DOS TRABALHADORES DE SÃO LUIS-MA (1872-1920)

ON THE CITY'S STREETS, ALLEYS AND FACTORIES: THE BUMBA MEU BOI AS A SPACE OF SOCIABILITY FOR THE WORKERS OF SÃO LUIS-MA (1878-1920)

Carolina MARTINS¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar as relações entre o mundo do trabalho e o universo da cultura popular na cidade de São Luís do Maranhão, mais especificamente a partir dos cordões de bumba meu boi. Ao trabalhar com a documentação referente aos pedidos de licença para o bumba meu boi destinados ao chefe de polícia, a partir do entrecruzamento com as fontes de jornal, partimos do pressuposto de que os cordões de bumba meu boi, assim como outras organizações instituídas por trabalhadores, como as associações mútuas e irmandades católicas, eram também uma importante forma de associativismo instituída pelos trabalhadores na cidade.

Palavras-chave: Bumba meu boi; Mundos do trabalho; Cultura popular; Patrimônio imaterial.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the relationship between the world of work and the universe of popular culture in the city of São Luís do Maranhão, more specifically about the cordões de bumba meu boi. When working with the documentation referring to the license requests for the bumba meu boi destined to the chief of police, from the intersection with the newspaper sources, we started from the assumption that the bumba meu boi cordons, as well as other organizations established by workers, like mutual associations, were also an important form of associativism instituted by city workers.

Key-words: Bumba meu boi; Worlds of work; Popular culture; Intangible heritage

Introdução

O bumba meu boi é uma expressão cultural presente na cidade de São Luís do Maranhão e da qual se tem notícias desde, pelo menos, as primeiras décadas do século XIX. Em 2019, a brincadeira recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, o que demonstra a força e a popularidade da manifestação realizada por diferentes gerações de brincantes. Ao longo do século XIX, observa-se que a presença da manifestação, com seus batuques, nas ruas de São Luís, não era um consenso entre as autoridades e entre determinados setores da sociedade que viam o

¹ Doutora e Mestra em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense – PPGH/UFF; graduada em História pela Universidade Federal Fluminense; Membro do GPMINA/UFMA (Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular).

bumba como a representação da barbárie. Nesse sentido, muitos moradores da cidade defendiam a extinção da brincadeira, o que, evidentemente, não aconteceu.

As pesquisas produzidas a partir dos anos 1980 e 1990 apontam para a necessidade de considerarmos as experiências dos trabalhadores a partir de suas práticas culturais e costumes e tomando como ponto de partida a lógica que determinava a atuação destes sujeitos cotidianamente (PEREIRA, 2013, p. 102). Dessa forma, compreende-se as festas populares como espaços de sociabilidade importantes instituídos pelos trabalhadores pobres que habitavam a capital maranhense e que se dedicavam ano após ano para organizar os grupos que saíam pelas ruas de São Luís louvando os santos juninos. Estas pessoas buscavam oportunidades para construir seus espaços de sociabilidade em uma cidade onde estes mesmos espaços eram objeto de intenso controle das elites e de suas autoridades, refletindo os estigmas e as contrariedades dos poderosos sobre as suas expressões culturais.

O controle da polícia sobre as festividades populares era realizado através da exigência da expedição de uma licença, feita a partir de um requerimento do responsável pelo divertimento. Em pesquisa realizada no Arquivo Público do Maranhão, foi possível localizar 1.248 requerimentos e licenças policiais referentes a diversas manifestações culturais populares. Através da análise destas fontes foi possível localizar os endereços onde ocorriam estas festividades, além dos responsáveis por cada uma delas. Para os cordões de bumba, é bem provável que aquele que apresentava o documento à polícia, solicitando a licença, era o mesmo que organizava e liderava o referido grupo, ou seja, era o principal responsável pelo cordão para o qual pedia a autorização. É significativo que parte dos pedidos de licença para os bumbas solicitavam as autorizações para a realização dos divertimentos nos bairros onde existiam lugares como fábricas e o porto da cidade, espaços que concentravam trabalhadores livres e escravizados.

Os estudos dedicados ao Bumba meu boi do Maranhão costumam abordar o passado da brincadeira geralmente com o olhar voltado para as suas relações com o poder público e com a polícia. Assim, proponho uma análise que destaque os sujeitos do bumba meu boi, especificamente no espaço urbano da ilha, a partir de uma abordagem que considera a manifestação cultural como uma forma de associativismo negro, pois os cordões eram espaços importantes de compartilhamento de experiências, de luta e de busca pela cidadania e também de lazer. A partir do entrecruzamento das fontes disponíveis, foi possível notar como estes homens, e em algumas situações a

participação de mulheres, se organizavam e se articulavam entre si, dentro do seu campo de possibilidades, no âmbito da própria brincadeira.

Neste artigo, contudo, me detenho a apresentar as relações entre os bairros onde habitava parte significativa dos trabalhadores da cidade e o universo festivo dos bumbas. Assim, torna-se possível observar as conjugações entre o universo das manifestações culturais populares e os mundos do trabalho. Dentro desta perspectiva, indico como o bumba meu boi pode ser igualmente considerado uma importante forma de associativismo instituído pelos trabalhadores pobres.

Os bumbas nas ruas, becos e beiras da cidade

No dia 23 de junho de 1903, véspera do dia de São João, o jornal A Campanha, noticiava as peripécias de quatro bumbas pelas ruas de São Luís. Um dos bois teria ido à rampa, onde divertiu os barqueiros, denominados catraieiros. O outro se dirigiu ao bairro da Camboa, onde fez as “moças das fábricas” correrem das chifradas. Em ambas as situações, o articulista sugere a presença de numerosa assistência que teria atendido ao chamado dos cordões “em todos os cantos da cidade”, devido à suposta ausência de alternativas de lazer na cidade:

Os Bois também gostam de brincar. Ontem à noite quatro bois turunas espalharam-se pela cidade e pintaram o caneco. Um veio à rampa, onde se divertiu com os catraieiros. O outro zarpou para a Camboa, onde fez as moças da fábrica correrem a valer temendo valentes chifradas. Já se sabe que a molecagem em peso acudiu à pagodeira em todos os cantos da cidade. Também, para esta terra que não há diversões, já é (A Campanha, 23 jun 1903, p. 2).

A Rampa do Palácio era o local de desembarque dos passageiros que chegavam à cidade de São Luís por via marítima e por ela se acessava o bairro dos Remédios, onde se localiza o Palácio do Governo. Muitos trabalhadores da estiva, entre catraieiros, carregadores e estivadores, se concentravam na Rampa do Palácio para exercer seu ofício e, nas horas vagas, ter seus momentos de lazer. Era ali que existia um famoso cordão de bumba, conhecido como “Boi da Rampa”, do qual fazia parte os trabalhadores do porto, tanto como componentes do cordão quanto como apreciadores da brincadeira. Estes trabalhadores tinham a Rampa do Palácio – localizada na região portuária da ilha e, portanto, “fora” das ruas da cidade – como um espaço de trabalho e de lazer. Abaixo, a imagem da rampa mostra a presença marcante das embarcações e dos trabalhadores do porto exercendo seu ofício.

Figura 1 — Rampa do Palácio



Fonte: Álbum Maranhão Ilustrado – Alfaiataria Teixeira, 1899.

O “estar fora da cidade”, fosse no subúrbio, nas povoações ou na periferia era um elemento importante para os requerentes de bumba meu boi. Fora do perímetro urbano, temos, como exemplo, os bairros da Madre Deus e São Pantaleão, localizados na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, de onde partiram muitos pedidos de licença para festas populares, inclusive para o boi. Em um bairro festivo, como a Madre Deus, considerado pela polícia como “perigoso” e habitado por “desordeiros”¹, aconteciam muitos sambas, carnavais, tambores e se concentravam os principais terreiros de tambor de mina da cidade: a Casa de Nagô e a Casa Grande das Minas.²

O denominado perímetro urbano de São Luís compreendia o centro administrativo, religioso e econômico da cidade e estava dividido em três freguesias: Nossa Senhora da Vitória (1ª Freguesia), Nossa Senhora da Conceição (2ª Freguesia) e São João Batista (3ª Freguesia). A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, segundo o censo de 1872, apresentava grande contingente populacional de pretos e pardos, especialmente de pardos livres. No pós-abolição, o censo de 1890 indica que a proporção de pretos e pardos é bem maior do que a de brancos nesta freguesia: 5.030 pretos e pardos para 3.530 brancos. Dessa forma, pode-se afirmar que se tratava de uma das áreas mais negras da cidade. Para fins de comparação, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, a proporção era de 2.870 pretos e pardos para 2.914 brancos, enquanto na Freguesia de São João Batista, que também compreendia parte do núcleo urbano e periferia da cidade, havia 3.323 pretos e pardos para 3.072 brancos. Considerando a proporção entre as três freguesias, temos 11.223 pretos e pardos para 9.516 brancos.

O bairro da Madre Deus e arredores se constituía como um espaço importante para os trabalhadores de São Luís, sobretudo no pós-abolição, com a instalação de grandes fábricas no seu entorno, como veremos mais à frente. Isto proporcionava o compartilhamento de experiências não só no âmbito do trabalho, mas principalmente dos divertimentos³. Era também a freguesia que mais despertava a atenção das autoridades por ser uma das partes mais festivas da cidade e concentrar os perfis de pessoas que aos olhos dos agentes da lei, pareciam suspeitos.

O policiamento nesta parte da cidade era frequente, ocasionando, inclusive, no recolhimento do bumba, que por lá era dançado nos idos de 1884, em pleno São João:

Na segunda-feira à noite o sr. alferes da Companhia de Urbanos prendeu e recolheu em seu quartel um Bumba meu boi de grande arqueação e tonelagem que se criava e se desenvolvia nas pastagens da Madre-Deus. Foi uma santa obra! (A Pacotilha, 25 jun 1884, p. 2)

A respeito do Bumba, pela descrição do jornal – “grande arqueação e tonelagem” –, parece-nos que se tratava de um grande grupo que deveria existir havia algum tempo pelas bandas da Madre Deus. Louvava-se a ação do sr. Alferes pelo recolhimento do boi como “uma santa obra”.

Alguns dos indeferimentos para o Bumba meu boi, realizados entre 1889 e 1890 pelo chefe de polícia partiram dessa parte da cidade. Por dois anos consecutivos, 1889 e 1890, o senhor Athanázio de Jesus Fontes, morador da rua da Fonte das Pedras, tentou realizar os ensaios de um grupo de Bumba nos “arrabaldes de São Pantaleão.” (APEM,1889/1890). Seu intuito era apresentá-lo nas noites de São João, São Pedro e São Marçal no distrito do Bacanga, mas teve seu pedido negado pelo chefe de polícia. Os motivos para o indeferimento não constam no documento, contudo, é possível supor que tenham se dado devido à tensão que se instalou em São Luís no imediato pós-abolição e após proclamação da República, quando houve um maior recrudescimento da polícia com relação às manifestações culturais populares.⁴ Procurando mais informações sobre Athanázio de Jesus, encontramos um documento indicando que ele, provavelmente, não tinha uma boa fama na polícia, pois já havia sido preso duas vezes: a primeira, em março 1886, por infração de posturas municipais (A Pacotilha, 23 mar 1886, p. 3)⁵ e, dois meses depois, novamente, por embriaguez e distúrbios, o que deve ter motivado ainda mais o chefe de polícia a indeferir seu pedido (A Pacotilha, 25 mai 1886, p. 3).

Não encontramos indícios de que a polícia realizava algum tipo de investigação sobre os antecedentes criminais daqueles que solicitavam as licenças, porém, no caso de Athanázio, é provável que as suas duas solicitações tenham sido negadas não só devido à postura que a polícia havia tomado naqueles meses, mas também devido às suas passagens pela delegacia – ainda mais por infração de postura! O estigma de alguns setores das elites sobre o bumba meu boi é notório na documentação pesquisada. Assim, por mais que não houvesse uma investigação sobre os antecedentes criminais dos requerentes, percebe-se, pelo teor dos pedidos de licença, que os boieiros se preocupavam em demonstrar às autoridades policiais a sua capacidade de controlar o cordão de bumba, responsabilizando-se por tudo que acontecesse na brincadeira.

Os outros pedidos de licença para a região da Madre Deus foram todos deferidos pelo chefe de polícia. Estas solicitações referem-se, basicamente, a pedidos de ensaio, o que nos indica que o bairro era habitado por muitos boieiros. Em 1898, o requerente Francisco de Paula Gomes ensaiou na Madre Deus e percorreu, nas noites de junho, o Caminho Grande, entre o Cemitério dos Passos e o Anil (fora da cidade). Francisco de Paula também solicitou a licença para seu Bumba em 1902, quando percorreria as proximidades do bairro – desde a Rua de Santiago, passando pela Rua de São Pantaleão e pela Praia de Santo Antônio até chegar ao Caminho Grande. Neste mesmo ano, Tito Raymundo também solicitou autorização para ensaio nos arrabaldes de São Pantaleão. Abaixo, uma imagem da rua de São Pantaleão, registrada por Gaudêncio Cunha em 1908.

Figura 2 — Rua de São Pantaleão



Fonte: Cunha, Gaudêncio. Álbum do Maranhão, 1908.

Em 1901, Gaudêncio Antônio da Costa ensaiou na praia da Madre Deus, onde morava, e percorreu os subúrbios com o pessoal necessário, devendo apresentar a licença ao “subdelegado do distrito para os devidos fins.”⁶ Em 1913, na praia da Madre Deus, Pedro Alves Pena pediu autorização para ensaiar e brincar no local, assim como Alexandre Nogueira, que desejava ensaiar com seu grupo na rua de São Pantaleão, para a apresentação que aconteceria no lugar denominado Furo, distrito do Bacanga. Nos arredores das ruas de São Pantaleão e da Madre Deus não era diferente. Há pedidos para a Rua das Barraquinhas, o Largo de Santiago, o Caminho da Boiada e a Rua Senador João Pedro⁷, ou seja, naquela parte da cidade, os bumbas não paravam de circular.

Observa-se que os locais de maior concentração de pedidos coincidem exatamente com aqueles habitados pela classe trabalhadora de São Luís, pelos operários e lavradores que viviam nas periferias, praias e povoados da ilha. Ou seja, o bumba meu boi fazia parte da cultura destes bairros e povoados. Dessa forma, pode-se afirmar que a brincadeira se constituía como uma expressão cultural destes trabalhadores pobres que, nas festas de São João, se tornavam pais Franciscos, mães Catirinas, batuqueiros, cantadores, caboclos reais e se dedicavam à organização destes cordões ao longo de meses. É por isso que não é possível traçar um perfil dos boieiros de São Luís sem adentrar no mundo do trabalho e na formação do espaço urbano da cidade. Destacamos aqui o bairro da Madre Deus, o Largo de Santiago, a Rua de São Pantaleão e seu entorno, que, como já afirmado, eram locais com expressiva presença da população negra e mestiça, conforme indicam os dados do censo para a área que compreende a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

Trabalhadores livres e escravizados no espaço urbano

Para compreendermos de que forma ocorreu a ocupação desta parte da cidade, é necessário fazer um recuo no tempo e, de maneira geral, observar o perfil dos trabalhadores das três freguesias para visualizarmos a possibilidade de constituição de espaços de sociabilidade entre livres e escravizados, dentre eles o próprio bumba meu boi.

Na região da Madre Deus, desde o final do século XVIII, já se localizavam importantes instituições como a Santa Casa de Misericórdia, a Igreja de São Pantaleão, o Cemitério dos Ingleses e uma fábrica de descasque de arroz, próximo ao Largo de Santiago, pertencente a importante família Salgado Moscoso. Segundo a historiadora

Antônia Mota, este empreendimento foi responsável por atrair para esta região ao sul do núcleo urbano um grande contingente de população de baixa renda em busca de trabalho. Este processo acabou se prolongando ao longo do século XIX, mais especificamente no final, com a abertura de novas unidades de produção voltadas, principalmente, para a atividade têxtil (MOTA; MELO NETO, 2015. p. 54). Os trabalhadores procuravam se estabelecer nas proximidades das fábricas como forma de facilitar seu deslocamento e, assim, acabavam criando espaços de compartilhamento de experiências e de festividades.

Ainda de acordo com Mota, durante o século XVIII, a Câmara de Vereadores emitiu títulos de terra para os moradores de poucas posses, livres e assalariados, que viriam posteriormente constituir um “significativo contingente urbano que foi se concentrando na periferia da cidade” (MOTA; MELO NETO, 2015. p. 55). Como exemplo, Mota cita um registro de doação de chãos urbanos,

O Doutor José Thomas da Sylva Quintanilha (...) e mais senadores que servimos (...), fazemos mercê de dar e conceder a cafusa forra Anna Raymunda, casada, e a seu irmão Antonio da Trindade um chão de cinco braças de testada e quinze de fundos na rua da Madre Deus, com a frente para o poente e os quintais ao nascente, místicos da parte sul a outro chão concedidos a Luísa, cafuza forra, mãe dos ditos acima (...). São Luís do Maranhão, 13 de setembro de 1781 (MOTA, MELO NETO, 2015. p. 55).

Este registro serve para evidenciar a “diversificação social e étnica da população no final do século XVIII” (MOTA, MELO NETO, 2015. p. 55) e que irá se estender ao longo do século XIX não só para esta área da cidade, mas também nas outras freguesias.

Em anos anteriores à abolição, o cotidiano da cidade era marcado pela quantidade significativa de homens e mulheres negras e pardas, livres e escravizadas, nas duas principais freguesias de São Luís. As profissões declaradas no Recenseamento de 1872 são reveladoras, pois demonstram como o exercício de determinados ofícios obedecia a uma hierarquia social retratada até mesmo na forma como as profissões foram organizadas no referido documento.⁸ No caso específico de São Luís, mostram como se dava essa hierarquização e quais eram os ofícios exercidos comumente pela população escravizada.

No Recenseamento de 1872, no item “População considerada com relação às profissões”, foi estabelecida uma divisão entre as categorias “Profissões Liberais”, que agregava ofícios que pressupunham o letramento dos profissionais, e as “Profissões Manuais e Mecânicas”, seguidas pelos ofícios relativos ao trabalho no campo e ao serviço doméstico. Na primeira categoria, apresentam-se os dados relativos aos grupos de religiosos e juristas (juízes, advogados, notáveis escritoras, procuradores e oficiais de

justiça), seguidos pelas profissões relacionadas à área de saúde (médicos, cirurgiões, farmacêuticos e parteiros).

Em seguida, apresentam-se os números relativos aos professores e homens de letras, empregados públicos, artistas, militares, marítimos, pescadores, capitalistas e proprietários, e às profissões comerciais e industriais (manufatureiros, fabricantes e comerciantes, guarda-livros e caixeiros). Posteriormente, são enumeradas as profissões classificadas como “Profissões manuais ou mecânicas”, que incluem as costureiras e os operários (canteiros, calceteiros, mineiros, cavouqueiros; em metais; em madeiras; tecidos; edificações; couros e peles; tinturaria; vestuário; chapéu; calçado). Por fim, incluem-se as profissões agrícolas (lavradores e criadores), pessoas assalariadas (criados e jornaleiros), serviços domésticos e os “sem profissão”, que abarcava as crianças e os idosos (RIO CAMARGO, 2018. p. 424).

Dentre as profissões liberais, não há indicativo da presença de escravizados exercendo nenhum dos ofícios arrolados, salvo a categoria “artistas”, que compreende os artesãos. Seguindo a hierarquia na apresentação destas profissões no referido Censo, observa-se que, à medida que os ofícios se aproximam, dentro da escala, das profissões manuais, o número de escravizados exercendo as atividades ali classificadas também aumenta. Dessa forma, pode-se supor que isso tornava possível a constituição de espaços de troca e compartilhamento de experiências entre trabalhadores escravizados e livres que exerciam as mesmas atividades.

Tabela 1 — Distribuição das profissões – Freguesia de N. S. da Vitória

Profissões		Total	Escravizados
Artistas		120 (100%)	29(24,16%)
Marítimos		340 (100%)	59 (17,35%)
Pescadores		123 (100%)	3 (10,2%)
Costureiras		881 (100%)	202 (23%)
Operários	Canteiros, calcetereiros, mineiros e cavouqueiros	59 (100%)	13 (22%)
	Metais	100 (100%)	23 (23%)
	Madeiras	257 (100%)	95 (37%)
	Tecidos	25 (100%)	3 (12%)
	Edificações	69 (100%)	46 (66,66%)
	Vestuário	134 (100%)	33 (24,62%)
	Chapéu	9 (100%)	1 (11,11%)
	Calçados	89 (100%)	30 (33,70%)
Lavradores		149 (100%)	92 (61,74%)
Criados e jornaleiros		827 (100%)	368 (44,49%)
Serviço Doméstico		1.914 (100%)	1.235 (64,52%)
Sem profissão		2.718 (100%)	391 (14,38%)

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1874. Maranhão.

Tabela 2 — Distribuição das profissões – Freguesia. N. S. da Conceição

Profissões		Total	Escravizados
Artistas		145 (100%)	16 (11%)
Marítimos		72 (100%)	4 (5,55%)
Pescadores		32 (100%)	3 (9,37%)
Costureiras		1.186 (100%)	162 (13,65%)
Operários	Canteiros, calcetereiros, mineiros e cavouqueiros	-	-
	(metais)	130 (100%)	11 (8,46%)
	Madeiras	345 (100%)	89 (25,79%)
	Tecidos	-	-
	Edificações	141 (100%)	71 (50,35%)
	Vestuário	178 (100%)	19 (10,67%)
	Chapéu	7 (100%)	-
	Calçados	133 (100%)	18 (13,53%)
Lavradores		389 (100%)	200 (51,45%)
Criados e jornaleiros		1.235 (100%)	243 (19,67%)
Serviço Doméstico		1.757 (100%)	683 (38,87%)
Sem profissão		2.899 (100%)	351 (12,10%)

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1874. Maranhão.

Tabela 3 — Distribuição das profissões – Freguesia. S. João Batista

Profissões		Total	Escravizados
Artistas		91 (100%)	7 (7,69%)
Marítimos		40 (100%)	7 (17,5%)
Pescadores		25 (100%)	-
Costureiras		1.149 (100%)	210 (18,27%)
Operários	Canteiros, calcetereiros, mineiros e cavouqueiros	11 (100%)	3 (27,27%)
	Metais	78 (100%)	6 (7,69%)
	Madeiras	158 (100%)	47 (29,74%)
	Tecidos	34 (100%)	15 (44,11%)
	Edificações	68 (100%)	38 (55,88%)
	Vestuário	141 (100%)	19 (13,47%)
	Chapéu	6 (100%)	-
	Calçados	163 (100%)	29 (17,79%)
Lavradores		456 (100%)	163 (35,74%)
Criados e jornaleiros		88 (100%)	44 (50%)
Serviço Doméstico		1.367 (100%)	572 (41,84%)
Sem profissão		3.226 (100%)	721 (22,34%)

Fonte: Recenseamento Geral do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1874. Maranhão.

Observa-se, de acordo com os dados apresentados acima, que nas três freguesias, o serviço doméstico representava grande parte das atividades realizadas por trabalhadores livres e escravizados, sobretudo dos últimos e especificamente na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, que concentrava o comércio e os casarões das famílias abastadas. As costureiras e os operários também eram bastante numerosos em

todas as freguesias, seguidos dos criados e jornaleiros (indicados no censo como “pessoas assalariadas”) e dos lavradores, que apresentava um grande número de escravizados. Por outro lado, entre os marítimos e pescadores, poucos são cativos. Observando estes dados, vemos como os trabalhadores escravizados, provavelmente como escravos de ganho ou alugados pelos senhores, desenvolviam diversas atividades em companhia dos trabalhadores livres, compartilhando experiências tanto no ambiente de trabalho, quanto nos espaços de lazer. Como afirma Marcelo Badaró, para a cidade do Rio de Janeiro:

Nessas condições, trabalhadores escravizados e livres, conviviam lado a lado, nas ruas, nas moradias e nos locais de trabalho das maiores cidades brasileiras. Não poderia ser estranho, portanto, que, compartilhando espaços de trabalho, circulação, moradia e lazer esses trabalhadores – escravizados ou livres – também compartilhassem valores, hábitos, vocabulário, experiências inclusive de organização e de luta, ainda que as diferenças entre sua condição jurídica criassem distâncias significativas (MATTOS, 2010. p. 14).

E. P. Thompson, ao tratar sobre a experiência de classe, afirmou que esta é “determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram voluntariamente.” (THOMPSON, 2015. p. 10) Desse modo, é evidente que a experiência de classe dos trabalhadores livres e dos trabalhadores escravizados diferia entre si, tendo em vista a condição jurídica de cada um e a dureza que marcava a vida do trabalhador escravizado. Dessa forma, quando aproximamos estas experiências, precisamos ter os devidos cuidados quanto às comparações de situações distintas. Porém, isso não significa que estes sujeitos – livres pobres, libertos e escravizados – não compartilhassem suas experiências de classe nos âmbitos do trabalho e do lazer. Compartilhavam valores, hábitos, vocabulários e modos de fazer que poderiam se refletir inclusive na realização das brincadeiras populares, já que os divertimentos eram liderados, em grande medida, por homens e mulheres livres. Nota-se também que a participação de escravizados nestes espaços festivos era marcante, como observamos através das reclamações da imprensa. As festas faziam parte do cotidiano dos trabalhadores pobres da cidade.

Por outro lado, é preciso ter atenção com relação à ideia de que estas festas se constituíam somente como espaços de “lazer”. Retomando as análises de E. P. Thompson, ao tratar sobre a relação entre a igreja anglicana e os pobres no século XVIII na Europa, ele afirma que o uso do termo “lazer” é anacrônico. Segundo o estudioso, nas sociedades rurais em que persistiam a pequena lavoura e a economia doméstica, ou em áreas manufatureiras,

(...) a organização do trabalho era tão variada e irregular que é ilusório traçar uma distinção nítida entre “trabalho” e “lazer”. Por um lado, as reuniões sociais mesclavam-se ao trabalho – o mercado, a tosa das ovelhas e a colheita, o ato de buscar e carregar os materiais de trabalho e, assim por diante, durante o ano todo. Por outro lado, investia-se um enorme capital emocional, não aos poucos, numa sequência de noites de sábado e manhãs de segunda-feira, mas em ocasiões festivas e nos dias de festivais especiais. Muitas semanas de trabalho pesado e dieta escassa eram compensadas pela expectativa (ou lembrança dessas ocasiões, quando a bebida e a comida eram abundantes. Floresciam os namoros e todo tipo de relação social e esquecia-se da dureza da vida (THOMPSON, 1998. p. 52).

Resguardando-se os contextos tão diferentes, é possível aproximar a experiência dos trabalhadores ingleses setecentistas com os nossos trabalhadores do norte do nordeste do Brasil. As expectativas e preparações para as ocasiões festivas eram uma das motivações da vida destas pessoas, e o Bumba meu boi – somando-se a ele o seu caráter sagrado – ainda despertava nas pessoas envolvidas uma ideia de dever e obrigação que deveria ser cumprido aos santos católicos. Além do mais, de certa forma, para a realidade de São Luís, é possível supor que trabalho e reuniões sociais entre estas pessoas se confundiam, pois as moradias, os locais de trabalho e as festividades populares eram compartilhadas nos mesmos espaços, na maioria dos casos. Os preparativos para as festas juninas, a elaboração do figurino que seria utilizado no cordão, a organização das comidas e bebidas que alimentariam os participantes do grupo de Bumba tornavam-se atividades laborais bastante demoradas e onerosas.

Os bumbas nas fábricas e seus arredores

A imagem abaixo apresenta um pouco do cotidiano da cidade de São Luís marcado pela presença dos trabalhadores e trabalhadoras, majoritariamente negras exercendo funções variadas. Na fotografia, captada por Gaudêncio Cunha já na Primeira República, nota-se uma concentração de pessoas negras, em frente a uma casa comercial. Observa-se que alguns carregam caixas, outros carrinhos de mão e uma carroça, dessa forma, é possível que se tratasse dos carregadores que trabalhavam no transporte das mercadorias para as casas comerciais localizadas na região central, ofício exercido em grande parte por homens negros. Na parte superior do estabelecimento, outros homens, que possivelmente eram os comerciantes, observam a movimentação da rua:

Figura 3 — São Luís – MA



Fonte: CUNHA, Gaudêncio. Álbum do Maranhão, 1908

Esta imagem é bastante emblemática e revela muito sobre o cotidiano da cidade e sobre o perfil dos trabalhadores pobres de São Luís dos anos finais do Império e da Primeira República.

No pós-abolição no Maranhão, segundo Maria Cristina Pereira de Melo, a desorganização da exploração algodoeira levou os detentores do capital a buscar a indústria têxtil como uma alternativa de acumulação. A grave crise que afetava a economia maranhense desde meados do século XIX tornou o investimento no parque fabril e a industrialização da província soluções viáveis. Para isso, eles contavam com “condições especiais locais de matéria-prima, disponibilidade de capital e, em certa medida, existência de uma população urbana relativamente significativa.” (MELO, 1990, p. 34) A isto também se somava o fato de que a tecnologia têxtil se encontrava à disposição no mercado internacional. No final do século XIX, o Maranhão contava com cinco fábricas têxteis na capital, quatro na cidade de Caxias e uma em Codó. O primeiro quartel do século XX ficou marcado como uma época de relativa expansão da produção fabril, o que rendeu à cidade de São Luís o apelido de “Manchester do Norte”. Porém, é importante salientar que a cidade possuía fábricas desde o final do período colonial – destacavam-se aquelas que investiam no descasque de arroz e no sabão. Assim sendo, como afirma Antônia Mota, o *boom* fabril pelo qual passou a cidade e o estado

não aconteceram de repente, “o trabalho na produção em massa já fazia parte da experiência econômica e de trabalho dos ludovicenses, apesar das discriminações e segregações.” (MOTA, MELO NETO, 2015)

A partir do final do século XIX, um grande contingente de trabalhadores livres foi atraído para as regiões mais periféricas a partir do surgimento de diversas fábricas, como as companhias Fabril Maranhense – conhecida também como Fábrica Santa Isabel –, de Fiação e Tecidos de Cânhamo, Progresso Maranhense e Lanifícios Maranhenses – que, posteriormente, mudou o nome para Fábrica Santa Amélia –, dentre outras. Para se ter uma noção da quantidade de trabalhadores que estas fábricas admitiam e do impacto que estas unidades de produção causaram no desenvolvimento da cidade, o historiador Jerônimo de Viveiros, na obra “História do Comércio do Maranhão”, oferece uma descrição de cada uma destas fábricas, citando os dados relativos à produção, ao número de operários, ao local de funcionamento, dentre outras informações deste período que ele caracteriza como “A Loucura Fabril” (VIVEIROS, 1954. p. 560-565). É importante destacar que não eram somente fábricas têxteis, mas havia unidades de produção voltadas a outras atividades. Como dito, algumas já funcionavam antes da abolição .

No entorno do núcleo urbano de São Luís, existiram seis fábricas de diferentes tamanhos e funções. Em primeiro lugar, destaco a Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo. Esta fábrica, inaugurada em 1891, ocupava uma área de 37 x 111 metros no fim da Rua São Pantaleão e empregava 220 operários. Na mesma rua, funcionou a Companhia de Fiação e Tecelagem São Luís em um prédio de 45 x 39 metros, inaugurado em 1894 com 55 operários. Próximo a elas estava a Companhia Progresso Maranhense, construída em 1892 na Rua São João, e que empregava 160 operários. Na Rua da Madre Deus, paralela à Rua de São João, foi construída a Companhia Lanifícios Maranhenses – posteriormente chamada de Fábrica Santa Amélia – no ano de 1892, e abrigava 50 operários (VIVEIROS, 1954. p. 560-565).

No Largo de Santiago desde a metade do século XIX, funcionava a Fábrica de Arroz Santiago em uma área de 3.500m² com 40 operários, que se dedicavam, inicialmente, apenas à fabricação de sabões e sabonetes (MOTA; MELO NETO, 2015). Ainda nos arredores, foi instalada a grande Companhia Fabril Maranhense, que começou a funcionar em 1893, ocupando uma área de 6.993m², empregando, em média, 600 trabalhadores e disponibilizando 19 casas para operários. Esta fábrica funcionava no bairro do Apicum, próximo do antigo Caminho Grande e do Caminho da Boiada e era uma das maiores da capital. Abaixo, expomos uma fotografia de Gaudêncio Cunha

do ano de 1908. Nota-se a presença dos trabalhadores da Companhia Fabril exercendo seus ofícios no momento em que a imagem é captada. Observa-se que são trabalhadores negros, o que nos mostra como o trabalho nas fábricas era exercido principalmente por homens e mulheres negras.

Figura 4 — Trabalhadores da Companhia Fabril



Fonte: Gaudêncio Cunha. Álbum do Maranhão, 1908.

Foi possível estabelecer relações a partir dos endereços fornecidos pelas licenças policiais para os bumbas e a localização das fábricas. A Rua Senador João Pedro era um trecho que, até o final do século XIX, fazia parte do Caminho da Boiada e era onde se localizava a Companhia Fabril Maranhense. De lá, partiram pedidos para ensaios, como em 1897, quando Simphonio Olympio pedia para ensaiar seu cordão nesta rua, na casa de número 37, e para que, nas noites das festas de junho, o seu grupo pudesse se deslocar até o Largo de Santiago e seguir de lá em direção aos arrabaldes da cidade.⁹

No ano seguinte, Procópio João Teixeira também quis ensaiar na mesma rua, na casa de número 5, e seu grupo desejava se apresentar a partir da Estação de Bondes até o Anil. Do mesmo modo, Cyrilo do Nascimento Matias, que não morava nesta rua, mas buscou fazer o ensaio do seu grupo de Bumba por lá em 1902. Em 1911, Leocádio Pereira também ensaiaria seu cordão no caminho da boiada e de lá “desceria” em direção à Estação dos Bondes até o Anil, para os festejos juninos.¹⁰ Abaixo, apresentamos um mapa com as indicações de pedidos para o Bumba meu boi com destaques para as áreas que compreendem o 3º e o 2º distritos, onde se localizava esta

Bumba fossem operários e operárias destas fábricas. Sobre a influência das fábricas na vida cotidiana, a historiadora Maria da Glória Guimarães Correia afirma o seguinte:

Presentes na cidade a partir da virada do século XIX, desde então, as fábricas de São Luís passaram a marcar a sua paisagem, não só pela imponência de seus edifícios ou pelo vai e vem das muitas “pipiras” que, nas manhãs, tomaram suas ruas, becos e caminhos, dirigindo-se para o trabalho e que, à tardinha, também plasmaram sua imagem na paisagem, de volta para casa, se não havia serão, mas porque, desde que aí foram instaladas, mais que tudo, passaram a imprimir o ritmo da vida de quem vivia em seus limites e vizinhanças.” (CORREIA, 2006. p. 301)

Mais ao norte, no entorno do núcleo urbano, Viveiros cita a Companhia Industrial Maranhense que, segundo ele, era uma pequena fábrica situada na Rua dos Prazeres em um prédio de 46 x 27 metros, inaugurada em 1894, empregando 50 operários. Próximo, na rua da Viração, funcionava a Companhia Fábrica de Chumbo, que começou suas atividades em 1893 com 12 operários. No mesmo ano, um pouco mais ao centro, na Rua de Santana, foi inaugurada a Fábrica de Tecidos de Malha Ewerton que empregava 30 operários. Por fim, Viveiros cita a Fábrica Lázaro, que ocupava um edifício na Rua da Cruz e se dedicava à fabricação de sabão, contando com 12 operários. De acordo com o autor, esta era a fábrica de sabão mais antiga da província, fundada em meados de 1832. No bairro Camboa do Mato, a Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses foi construída em um prédio de 9.925m², inaugurada em 1890, sendo, de acordo com Viveiros, a mais antiga fábrica têxtil da capital. Dentre as mais distantes, merece destaque também a Companhia de Fósforos do Norte, que funcionava no bairro da Jordôa e contava com 60 operários (VIVEIROS, 1954. p. 560-565).

O subúrbio foi afetado da mesma forma pelo *boom* fabril que tomou conta de São Luís neste período. No Anil, foi criada a Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil, que empregava 209 operários, segundo Jerônimo de Viveiros. A localidade era descrita pelo “Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão” como um bairro que possuía ruas não alinhadas e os piores tipos de construção possíveis, com exceção da parte central onde se achavam os melhores prédios e era o “lugar mais alto, mais seco e mais salubre”.¹¹ Abaixo, apresentamos uma imagem Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil captada por Gaudêncio Cunha. Observa-se que os trabalhadores e trabalhadoras estão posicionados em frente à fábrica:

Figura 6 — Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil



Fonte: CUNHA, Gaudêncio. Álbum do Maranhão, 1908.

Este bairro era consagrado aos bumbas e um dos mais concorridos nas festas juninas, para onde se deslocava uma multidão para ver os cordões se apresentarem. Era também parte do percurso de muitos grupos de Bumba meu boi que passavam a noite circulando em diferentes lugares da ilha.

Segundo Mota, cerca de 1/5 da população da cidade era empregada nas unidades fabris (MOTA; MELO NETO, 2014. p. 88). Maria C. Pereira de Melo afirma que, em 1900, 19,3% da população de São Luís dependia diretamente da indústria têxtil – percentual que chegou a 20,1% em 1920. (MELO, 1990. p. 36) A força de trabalho das fábricas maranhenses era nacional e era recrutada entre a população pobre urbana, principalmente mulheres e crianças. De acordo com Melo, foram poucas as tentativas de recrutamento de mão de obra estrangeira, salvo as funções que exigiam especialização, como os mestres, contramestres e mecânicos, oriundos da Inglaterra (MELO, 1990. p. 39).

As relações eram marcadas pela superexploração da mão de obra que era exposta a péssimas condições de trabalho com longas jornadas, castigos físicos, rígida disciplina e multas. (MELO, 1990. p. 40) O periódico *O Operário*, que começou a circular na cidade em 1892, trazia denúncias sobre a situação dos trabalhadores e das trabalhadoras e, em diversas edições, cobrava dos dirigentes das fábricas melhores condições de trabalho. De acordo com Ferreira, em torno deste jornal, cresceu um movimento associativista e socialista a partir do debate sobre os direitos e as lutas dos

trabalhadores (FERREIRA, 2018. p. 356). A primeira greve da cidade ocorreu em dezembro de 1892, quando os operários da Fábrica Cânhamo, localizada na Madre Deus, paralisaram suas atividades em protesto pela diminuição dos seus salários (O Operário, 18 dez 1892, p. 1)¹².

Nas primeiras décadas do século XX, muitas fábricas foram encerrando suas atividades, ocasionando, obviamente, a diminuição de trabalhadores do ramo. A partir do Censo de 1920, vemos uma leve mudança de cenário, visto que a maior parte dos trabalhadores de São Luís dedicava-se às atividades da lavoura, ao vestuário, aos trabalhos marítimos, ao comércio, ao serviço doméstico, e havia uma grande quantidade de trabalhadores sem profissão definida. É preciso destacar que, nesses bairros, também viviam os trabalhadores do porto, autônomos, barbeiros, carroceiros, pescadores, feirantes e demais profissionais que ganhavam a vida com atividades consideradas braçais e menos valorizadas.

Considerações finais

Num panorama mais amplo do contexto analisado destacamos a importância de se considerar a interação entre os diferentes espaços, ou seja, pensar a indissociabilidade entre as diferentes esferas de sociabilidade destes sujeitos, tais como as manifestações culturais e o chamado mundo do trabalho, e neste caso, especificamente, o impacto das ofertas de trabalho sobre as formas de sociabilidade para a população pobre da cidade.

Considera-se que o parque fabril de São Luís foi importante para a formação e consolidação dos bairros periféricos operários e para a constituição de espaços de sociabilidade instituídos pelos trabalhadores ludovicenses, nos quais os cordões de Bumba eram uma forma de associação que se apresentava como mais uma opção de lazer e de compartilhamento de experiências para estes sujeitos. Dessa forma, torna-se possível visualizar o perfil dos boieiros constituído de trabalhadores, operários, estivadores, carregadores, catraieiros, etc. e que não corresponde à imagem que a imprensa tanto reproduziu, de serem os cordões formados por desordeiros e vadios.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO MARANHÃO/APEM. Ofício das Subdelegacias de Polícia do 1º, 2º, 3º distritos da Capital ao Chefe de Polícia do Estado do Maranhão. 1881-1908 [avulsos]

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO MARANHÃO/APEM. Chefatura de Polícia. Requerimentos ao Chefe de Polícia. 1880-1929 [avulsos]

A Campanha, São Luís, edição 133, 23 jun 1903

A Pacotilha, São Luís, número 167, 25 jun 1884

A Pacotilha, São Luís, número 72, 23 mar 1886

A Pacotilha, São Luís, número 125, 25 mai 1886

Requerimentos ao Chefe de Polícia. 1897 – Arquivo Público do Estado Maranhão

Recenseamento Geral do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1874.

O Operário, São Luís, número 4, 18 dez 1892

Referências bibliográficas

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX*. São Luís: EDUFMA, 2006.

FERREIRA, John Kennedy. Organização das ideias socialistas no Maranhão. *Revista de Políticas Públicas*. Vol. 22, 2018

MATTOS, Marcelo Badaró. Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. In GOLDMACHER, Marcela;

MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz. *Faces do Trabalho: escravizados e livres*. Niterói: EDUFF, 2010.

MELO NETO, Ulisses Pernambucano de; MOTA, Antônia da Silva. *A Sedução das Ruínas*. Arqueologia: salvamento e resgate. São Luís: IPHAN, EDUFMA, 2015.

MELO, Maria Cristina Pereira. *O Bater dos Panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960)*. São Luís: SIOGE, 1990.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Os anjos da meia noite: trabalhadores, lazer e direitos no Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista Tempo*, n. 19. Vol 35, 2013

RIO CAMARGO, Alexandre de Paiva. *O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial*. *História Unisinos* 22(3):414-428, setembro/outubro 2018.

SERRA, Astolfo. *Guia Histórico e Sentimental de São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira: 1965.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol.1: A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. *Costumes em Comum*. Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio do Maranhão: 1612-1895*. São Luís, 1954.

¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO MARANHÃO/APEM. São Luís-MA. Chefatura de Polícia. Requerimentos ao Chefe de Polícia. 1880-1929 [avulsos]

² O Tambor de mina é uma religião de matriz africana presente em São Luís desde, pelo menos, a primeira metade do século XIX.

³ A opção por considerar toda essa parte ao sul da cidade como “Madre Deus”, foi devido ao modo como os próprios requerentes se referiam à esta região específica da cidade nas licenças. A expressão “arrabaldes de Madre Deus/São Pantaleão” é bastante comum nestes documentos, porém, muitas vezes, a rua na qual aconteceria o ensaio/apresentação não era especificada.

⁴ Sobre o Massacre dos Libertos, ver GATO, Matheus. O massacre dos Libertos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2020.

⁵ Não consta no jornal a informação sobre as infrações cometidas.

⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO MARANHÃO/APEM. São Luís-MA. Minutas de Portaria e Licenças da Chefatura de Polícia. 1880-1929 [avulsos]

⁷ A rua Senador João Pedro antes de 1894 era um trecho do Caminho da Boiada.

⁸ BRASIL. Recenseamento Geral do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1874. Maranhão.

⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO MARANHÃO/APEM. São Luís-MA. Chefatura de Polícia. Requerimentos ao Chefe de Polícia. 1880-1929 [avulsos]

¹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO MARANHÃO/APEM. São Luís-MA. Minutas de Portaria e Licenças da Chefatura de Polícia. 1880-1929 [avulsos]

¹¹ MARANHÃO. Relatório do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural do Maranhão. p. 204.

¹² O Operário, São Luís, número 4, 18 dez 1892, p. 1

Artigo recebido em 15/02/2023

Aceito para publicação em 17/04/2023